
Cherobim Energia Ltda.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Cherobim Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cherobim Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cherobim Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 19 de abril de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Cherobim Energia Ltda.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

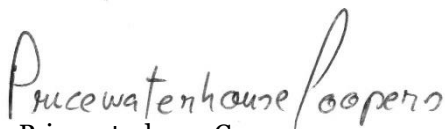
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
ATIVO	3
PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	16
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
(7) IMOBILIZADO	18
(8) FORNECEDORES	18
(9) TRIBUTOS A RECOLHER.....	18
(10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	19
(11) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	19
(12) RESULTADO FINANCEIRO	20
(13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	20
(14) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.....	20
(15) GESTÃO DE RISCOS.....	21
(16) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	23
(17) COMPROMISSOS	25
(18) EVENTOS SUBSEQUENTES	25

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Cherobim Energia Ltda. ("Cherobim" ou "Sociedade"), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da CPFL Energia e podem ser acessadas em www.cpfl.com.br/ri.

A Sociedade esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Sociedade não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2022, não houve investimentos significativos efetuados pela Sociedade.

A Sociedade apresentou o Lucro líquido de R\$ 604, comparando com o lucro de R\$ 1.065 do exercício anterior. Do lucro apurado, a Sociedade destinou R\$ 604 para absorção de prejuízos acumulados.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

SPE CHEROBIM ENERGIA LTDA.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.155	1.826
Títulos e valores mobiliários	6	33.441	19.803
Tributos a compensar		298	258
Outros ativos		<u>2</u>	<u>1</u>
Total do circulante		49.896	21.888
Não circulante			
Tributos a compensar		20	28
Imobilizado	7	<u>78.661</u>	<u>41.553</u>
Total do não circulante		78.681	41.581
Total do ativo		<u>128.577</u>	<u>63.469</u>

SPE CHEROBIM ENERGIA LTDA.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	8	3.477	590
Tributos a recolher	9	269	118
Outras contas a pagar		1	786
Total do circulante		3.748	1.494
Não circulante			
Adiantamentos para futuro aumento de capital	14	61.250	36.790
Total do não circulante		61.250	36.790
Patrimônio líquido			
Capital social	10	67.710	29.920
Prejuízos acumulados		(4.131)	(4.735)
Total do patrimônio líquido		63.579	25.185
Total do passivo e do patrimônio líquido		128.577	63.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SPE CHEROBIM ENERGIA LTDA.
Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas gerais e administrativas		(43)	(12)
Outras despesas gerais e administrativas	11	(43)	(12)
Resultado do serviço		(43)	(12)
Resultado antes do resultado financeiro		(43)	(12)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	810	1.382
Despesas financeiras	12	(9)	(0)
		802	1.382
Lucro antes dos tributos		759	1.370
Contribuição social	13	(47)	(87)
Imposto de renda	13	(107)	(217)
		(155)	(304)
Lucro líquido do exercício		604	1.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SPE CHEROBIM ENERGIA LTDA.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	604	1.065
Resultado abrangente do exercício	<u>604</u>	<u>1.065</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE CHEROBIM ENERGIA LTDA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Lucro (prejuízo) do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	29.920	(5.801)	-	24.120
Resultado abrangente total	-	-	1.065	1.065
Lucro líquido do exercício	-	-	1.065	1.065
Mutações internas do patrimônio líquido	-	1.065	(1.065)	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	1.065	(1.065)	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	29.920	(4.735)	-	25.185
Resultado abrangente total	-	-	604	604
Lucro líquido do exercício	-	-	604	604
Mutações internas do patrimônio líquido	37.790	604	(604)	37.790
Aumento de capital	37.790	-	-	37.790
Absorção de prejuízos acumulados	-	604	(604)	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	67.710	(4.131)	-	63.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE CHEROBIM ENERGIA LTDA.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes dos tributos	759	1.369
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Tributos compensados	70	(35)
Outros ativos operacionais	(1)	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	2.888	537
Outros tributos e contribuições sociais	(2)	(187)
Outros passivos operacionais	<u>(785)</u>	<u>674</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	2.929	2.357
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(105)</u>	<u>(209)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.824	2.148
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(37.108)	(21.046)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	<u>(13.638)</u>	<u>(17.572)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(50.746)	(38.618)
Atividades de financiamentos		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	<u>62.250</u>	<u>36.790</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	62.250	36.790
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	14.329	320
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.826</u>	<u>1.506</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>16.155</u>	<u>1.826</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE CHEROBIM ENERGIA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Cherobim Energia Ltda. (“Cherobim” ou “Sociedade”), é uma Sociedade de quotas de responsabilidade limitada, constituída em 18 de julho de 2007, com sede à Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília – Campinas – São Paulo, e tem como principal atividade, conforme determinado em seu objeto social, implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”).

1.1 Pequenas centrais hidrelétricas (PCH)

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração da energia hidroelétrica:

PCH	Data da Resolução	Resolução original	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
SPE Cherobim	28/01/2019	Portaria nº 70	35 anos	28,0

O empreendimento SPE Cherobim Energia Ltda. está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024.

A Sociedade é uma controlada da CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”).

1.2 Mudanças climáticas CPFL

A Sociedade se comprometeu com os objetivos do Acordo de Paris e a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Sociedade realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela Sociedade
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A Sociedade considera em sua estratégia o Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais alinhados à descarbonização das operações, entre eles: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser “carbono neutro” a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Preocupada com os impactos que os gases de efeito estufa causam no meio ambiente, a Sociedade tem se esforçado para diminuir suas emissões de gases poluentes. Uma de suas iniciativas foi a de ingressar no mercado de créditos de carbono, através da emissão de certificados verdes do Tipo 1 e Tipo 2.

A CPFL divulga anualmente o relatório “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” onde apresenta as estratégias relacionadas as mudanças climáticas, as emissões anuais e os riscos e oportunidades para a Sociedade, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD* (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

O impacto das mudanças climáticas foi considerado no contexto da preparação das demonstrações financeiras, nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos da Sociedade.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas e práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Sociedade também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Sociedade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 28 de abril de 2023.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 16 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Sociedade faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Sociedade revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Imobilizado;
- Nota 16 – Instrumentos financeiros.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Sociedade é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Sociedade na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Sociedade tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2. Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Sociedade se tornou uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Sociedade não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Sociedade não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

– Capital social

Quotas ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Sociedade e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 3,40% a 8,37%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação e ou/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.4. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Sociedade avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e (iii) ativos de contrato.

A Sociedade mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Sociedade considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Sociedade utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Sociedade resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada, contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda, exposição financeira no momento do não cumprimento e a perda dada pela inadimplência.

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.6. Dividendo e juros sobre capital próprio

Conforme definido no Contrato Social da sociedade e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da sociedade após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.8 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2022, a Sociedade adotou inicialmente as alterações ao CPC 25/IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1)/IFRS 3, sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27/IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Sociedade.

3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A sociedade não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022:

(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23)

Em fevereiro de 2021, a norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativa contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas

contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação as demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26)

Em fevereiro de 2021, a norma correlata ao CPC 26 (R1), para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações à norma são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32)

Em maio de 2021, a norma correlata ao CPC 32, na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26/IAS 1)

Em janeiro de 2020, a norma correlata ao CPC 26 (R1), emitiu alterações para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a sociedade está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade exige a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Sociedade determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de

fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado e do intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 16) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos bancários	2	5
Aplicações financeiras (a)	<u>16.153</u>	<u>1.821</u>
Total	<u>16.155</u>	<u>1.826</u>

(a) Representa valores aplicados (têm como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez), no Fundo Sirius. A taxa de remuneração média é 101,09% do CDI na data do balanço (101,4% em 31 de dezembro de 2021).

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Títulos e valores mobiliários		
Fundos de investimentos	<u>33.441</u>	<u>19.803</u>
Total	<u>33.441</u>	<u>19.803</u>

Em 31 de dezembro de 2022 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2022 é de 101,09% do CDI (101,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(7) IMOBILIZADO

	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2020 (Não auditado)	20.507	20.507
Custo histórico	20.507	20.507
Adições	21.046	21.046
Saldo em 31/12/2021	41.553	41.553
Custo histórico	41.553	41.553
Adições	37.108	37.108
Saldo em 31/12/2022	78.661	78.661
Custo histórico	78.661	78.661

Teste de redução ao valor recuperável de ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Sociedade avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios apresentados, a Sociedade não identificou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos operacionais que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável dos mesmos.

(8) FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Materiais e serviços	3.477	590
Total	3.477	590

(9) TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	78
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3	15
Imposto de renda e contribuição social a recolher	3	93
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	38	-
Programa de integração social - PIS	-	2
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3	11
Outros	224	13
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	266	25
Total Circulante	269	118

(10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos quotistas no Patrimônio Líquido da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

Quotistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energias Renováveis S.A.	67.710.099	99,999999%	29.920.099	99,999997%
PCH Holding LTDA	1	0,000001%	1	0,000003%
Total	67.710.100	100%	29.920.100	100%

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 67.710 (R\$29.920 em 31 de dezembro de 2021), representado por 67.710.099 (29.920.099 em 31 de dezembro de 2021) quotas. Cada quota tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Sociedade.

Em ata de reunião dos sócios realizada em 28 de abril de 2022 os quotistas decidiram por aprovar o aumento de capital social, conforme autoriza o artigo 1.082, alínea II, do Código Civil, no montante de R\$ 36.790 (trinta e seis milhões e setecentos e noventa mil reais), com o aumento de 36.000.000 (trinta e seis milhões) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em ata de reunião dos sócios realizada em 20 de outubro de 2022 os quotistas decidiram por aprovar o aumento de capital social, conforme autoriza o artigo 1.082, alínea II, do Código Civil, no montante de R\$ 1.000 (um milhão de reais), com o aumento de 1.000.000 (um milhão) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Destinação do lucro líquido do exercício

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	604
Absorção de prejuízos acumulados	(604)

(11) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais			
	Gerais e administrativas		Total	
	2022	2021	2022	2021
Material	17	4	17	4
Serviços de terceiros	15	8	15	8
Outros	11	-	11	-
Arrendamentos e aluguéis	11	-	11	-
Total	43	12	43	12

(12) RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	833	1.444
Atualização de créditos fiscais	-	2
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(40)	(67)
Outros	17	3
Total	810	1.381
Despesas		
Encargos de dívidas	(5)	-
Outros	(4)	-
Total	(9)	-
Resultado financeiro	801	1.381

(13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Sociedade adotou o regime de tributação com base no lucro Real. O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas vigentes nos respectivos exercícios.

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	759	759	1.369	1.369
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(122)	(146)	-	-
Base de cálculo	637	613	1.369	1.369
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(57)	(153)	(123)	(342)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	10	45	36	125
Total	(47)	(108)	(87)	(217)

(14) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade tem como controlador a CPFL Energia Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis"), controlada pela CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 50,85% de seu capital social. A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") detém o controle da CPFL Geração, com 100% de seu capital social, e detém investimento de 49,15% do capital da CPFL Renováveis. A CPFL Energia possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, Companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Sociedade.

As principais naturezas e transações estão relacionada a seguir:

- (a) **Adiantamento para futuro aumento de capital** - Refere-se a AFAC entre a CPFL Renováveis e a Sociedade;
- (b) **Outras contas a pagar** – Refere-se a rateio de despesas de mão de obra entre a CPFL Renováveis e a Sociedade.

	Passivo		Despesas	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores				
CPFL Energias Renováveis	-	295	-	(295)
Adiantamento para futuro aumento de capital				
CPFL Energias Renováveis	61.250	36.790	-	-
Outras Contas a Pagar				
CPFL Energias Renováveis	-	786	(4.081)	(786)
	61.250	37.871	(4.081)	(1.081)

Pessoal-chave da Administração

A Sociedade optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A remuneração da Administração da Sociedade é paga pela Controladora CPFL Energias Renováveis.

A Sociedade não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Sociedade também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

(15) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Sociedade compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Sociedade, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da Sociedade, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da Sociedade, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Sociedade;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da Sociedade para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da CPFL Energia, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração da CPFL Energia no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Sociedade, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Sociedade possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Sociedade está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Sociedade suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos.

(16) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Sociedade são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível (*)	31/12/2022		31/12/2021	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	16.155	16.155	1.826	1.826
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	33.441	33.441	19.803	19.803
Total				49.596	49.596	21.629	21.629

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Sociedade para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa (ii) títulos e valores mobiliários.
- Passivos financeiros: fornecedores.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de

risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

c) Análise de sensibilidade

A Sociedade realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Sociedade. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Sociedade está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos, seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	16.153				2.250	1.688	1.125
	16.153	baixa CDI	13,65%	13,93%	2.250	1.688	1.125
Total	16.153				2.250	1.688	1.125
Efeitos no resultado abrangente acumulado					-	-	-
Efeitos no resultado do exercício					2.250	1.688	1.125

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Análise de liquidez

A Sociedade gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Sociedade deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	Total
Fornecedores	8	3.439	32	6	3.477
Total		3.439	32	6	3.477

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma Sociedade incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Sociedade. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Sociedade limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (Fitch, Moody's e S&P).

A Sociedade considera que os depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2022 e 2021 títulos que tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

(17) COMPROMISSOS

O cronograma de vencimentos dos principais compromissos de longo prazo da Sociedade é como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	29 anos	1.885	2.537	50.714	55.136
Total		1.885	2.537	50.714	55.136

(18) EVENTOS SUBSEQUENTES

Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Sociedade avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Sociedade, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4